

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2004
(do Sr. ANTONIO CARLOS MENDES THAME)

Solicita informações à Sra.
Ministra de Meio Ambiente sobre
índices de desmatamento na
Amazônia.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Senhora Ministra do Meio Ambiente:

- 1) Solicito cópia do inteiro teor de estudos sobre índices de desmatamento na Amazônia legal referentes ao ano de 2003.
- 2) Quais as providências adotadas em 2003 e 2004 para atuar no combate ao desmatamento na Amazônia Legal?
- 3) Solicito listagem de autorizações para desmatamento na Amazônia Legal nos anos de 2003 e 2004, até o presente.
- 4) Quais os resultados atingidos pela implementação do conjunto de medidas de combate ao desmatamento anunciadas em julho de 2003? Solicito informar, ainda, os recursos previstos e utilizados para essa finalidade em 2003 e respectivas unidades da federação e fontes orçamentárias.
- 5) Solicito cópia do inteiro teor do Plano de Ação a que se refere o art. 3º do Decreto de 3 de julho de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2003, que “institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para propor medidas contra o desmatamento na Amazônia”.
- 6) Solicito cópias das atas das reuniões bimestrais ou outras extraordinárias, do Grupo de Trabalho a que se refere a pergunta 4., nos termos do parágrafo único do art. 3º do referido Decreto.

JUSTIFICAÇÃO

O jornal “O Estado de São Paulo” de 4 de março de 2004, publicou matéria sob o título “Desmatamento na Amazônia continua acelerado”, segundo a qual:

“Dados preliminares indicam que a Amazônia continuou perdendo áreas de floresta para pastos, exploração predatória de madeira e plantio de soja, entre agosto de 2002 e agosto de 2003. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) ainda não concluiu o levantamento, mas informalmente já comunicou ao Ministério do Meio Ambiente que a taxa de desmatamento está próxima dos 25.476 quilômetros quadrados registrados entre 2001/2002. Uma área semelhante à do Estado de Alagoas e a segunda maior perda já registrada.

Esta é o primeiro indicador de desmatamento no governo Luiz Inácio Lula da Silva. A notícia não é boa. A taxa se aproxima do record de desmatamento de 29.059 quilômetros quadrados, registrados entre 1994/95. O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, reconhece que o índice continua “altíssimo”. Mas diz que o desmatamento vinha apresentando uma “curva ascendente rigorosa” desde 1997, quadro que não se pode reverter de imediato.

No ano passado, ao anunciar o índice que refletia a atuação do governo Fernando Henrique (PSDB), decidiu-se criar um grupo com participação de 11 ministros para discutir medidas que revertam as altas taxas. As medidas iniciais não foram suficientes para mudar esta tendência.

(...) Para Arnaldo Carneiro, coordenador de Pesquisas em Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o sistema de alerta dará uma boa ajuda no controle do desmatamento, mas não será suficiente. “O problema só começará a ser resolvido quando houver maior repressão”, diz. “Desmatamento ilegal é caso de polícia. Mas isso só também não basta. É preciso definir uma política para a Amazônia”.

Quanto aos números, Carneiro acha que eles estão subestimados. “Quem trabalha no campo na Amazônia sabe que serão maiores”, diz. “A soja está chegando e empurrando a fronteira agrícola para áreas de floresta. E o pior é que isso é feito com financiamento do Banco do Brasil, que, no fundo, está patrocinando o desmatamento”.

Em 02 de julho de 2003, o mesmo jornal “O Estado de São Paulo”, noticiou:

“Governo anuncia medidas contra o desmatamento na Amazônia – Nenhuma política de crédito agrícola, assentamento ou obra de infra-estrutura será realizada no País sem garantir qualidade ambiental. O compromisso do governo Lula, anunciado nesta

quarta-feira após reunião entre cinco ministros e um secretário-executivo, é uma das respostas ao avanço do desmatamento na Amazônia. De imediato, o governo gastará R\$ 20 milhões com a fiscalização no Arco do Desflorestamento, a região da Amazônia onde a expansão da fronteira agrícola provoca derrubada de florestas. E uma série de medidas estruturantes começam a ser traçadas combinando meio ambiente e criação de emprego.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) confirmou que 18.200 quilômetros quadrados de floresta foram destruídos em 2001 e estimou que uma perda de vegetação de outros 25.500 quilômetros em 2002. E segundo a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o desmatamento neste ano será igualmente grave. “Não se consegue reverter um processo em alta velocidade de uma hora para outra”, disse a ministra.

O Instituto já detonou operações de fiscalização em 14 áreas críticas no Pará, Mato Grosso e Rondônia para combater grilagem de terras públicas e desmatamentos sem autorização. A fiscalização será realizada com imagens de satélite e informações de campo. O governo decidiu criar também um sistema único de licenciamento de propriedade rural, que conterà cadastro ambiental e fundiário e georeferenciamento das propriedades. Um grupo de trabalho com dez ministérios foi criado para detalhar programa de geração de renda e emprego nos municípios mais afetados pelo desmatamento.”

As informações que ora requeremos são de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em de de

Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME